



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Ata de Sessão Ordinária nº 227/2023, de 19 de junho de 2023 - MESA

RIC n.1761/2023

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2023
(Do Sr. Luiz Philippe de Orleans e Bragança)

Solicita ao Sr. Waldez Góes, Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, informações acerca da Pasta.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base nos arts. 50, § 2º, e 70 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional as seguintes informações acerca de gastos sem licitação envolvendo a Pasta:

1. Envio de lista com todos os contratos celebrados em regime de dispensa ou inexigibilidade, indicando o objeto da aquisição, a justificativa da dispensa e o valor total.
2. Qual a justificativa do Ministério para um aumento tão considerável de gastos sem licitação em relação aos anos anteriores?

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente a imprensa nacional¹ divulgou que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional já gastou mais de R\$ 510 milhões em contratos

¹<https://www.gp1.com.br/brasil/noticia/2023/6/19/ministerio-do-governo-lula-gasta-r-500-milhoes-sem-licitacao-550227.html>

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippedeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança

Assinatura eletrônica 22/06/2023 18:49:33 0000 - MIESA

RIC n.1761/2023

com dispensa ou inexigibilidade de licitação. O valor é muito maior que todos os recursos despendidos pelo governo anterior na pasta.²

A licitação é um mecanismo fundamental para garantir a igualdade de oportunidades, a transparência e a obtenção da melhor proposta para a administração pública. A sua devida observância possibilita a seleção de fornecedores qualificados, o estabelecimento de critérios objetivos de seleção e a obtenção de preços e condições mais vantajosos para o órgão contratante.

A legislação pátria deixa bem claro que o dever de licitação é a regra³, e as possibilidades de inexigência ou dispensa são exceções. E por essa razão a Lei nº 14133, de 1º de abril de 2021, estabelece como crime a contratação direta fora das hipóteses legais⁴.

Nesse sentido, é de interesse público compreender as justificativas para as dispensas ou inexigibilidades de licitação do Ministério e entender como essas contratações diretas foram pautadas em critérios objetivos e em situações excepcionais previstas em lei. Isso visa garantir a transparência, a eficiência e a adequada utilização dos recursos públicos.

Assim sendo, solicito aos pares apoio para aprovação do presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, em de junho de 2023.

Deputado LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA
PL/SP

²<https://www.metropoles.com/colunas/paulo-cappelli/ministro-de-lula-ja-supera-4-anos-de-bolsonaro-em-gastos-sem-licitacao>

³ Cf. Art. 37, XXI, da CF/88.

⁴ Cf. Art. 337-E, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

Câmara dos Deputados, Anexo IV – Gabinete 719 – Brasília – Distrito Federal – CEP 70.160 - 900
dep.luizphilippeorleansebraganca@camara.leg.br | 61 3215-5719



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Luiz Philippe de Orleans e Bragança
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD235499878700>

